



Assembleia Municipal de Viseu

  
SAI-AM/2018/244

08-11-2018

## EDITAL

José Manuel Henriques Mota de Faria, Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, torna público que terá lugar no dia **16 de novembro de 2018**, no **Solar do Vinho do Dão**, com início às 09h15m, a **Sessão Ordinária da Assembleia Municipal**, com a seguinte

### ORDEM DE TRABALHOS

- Ponto 1. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU**, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º e n.º 4 do artigo 35.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- Ponto 2. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU E DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, SANEAMENTO E PISCINAS DE VISEU PARA O ANO de 2019**, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, n.º 1 do artigo 45.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e do n.º 4 do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;
- Ponto 3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE FUNDO NACIONAL DE REABILITAÇÃO (FNRE) PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO SUBFUNDO "IMOVIRIATO" - ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS**, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- Ponto 4. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - IMI - TAXAS**, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 5 do artigo 112.º do CIMI - Código do Imposto Municipal sobre Imóveis;
- Ponto 5. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - IMI - REDUÇÃO DE TAXAS - PRÉDIOS DE SUJEITOS PASSIVOS COM DEPENDENTES A CARGO**, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 112.º-A do CIMI - Código do Imposto Municipal sobre Imóveis;



*hanc*

Assembleia Municipal de Viseu

- Ponto 6. Apreciação e votação da proposta de derrama**, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- Ponto 7. Apreciação e votação da proposta de T.M.D.P. - Taxa Municipal de Direitos de Passagem**, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- Ponto 8. Apreciação e votação da proposta de participação variável no I.R.S. - Lei n.º 73/2013**, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro conjugada com o disposto no artigo 26.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro;
- Ponto 9. Processo de constituição da empresa ADV - Águas de Viseu - Empresa Intermunicipal, S.A. - Conhecimento**, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação, conjugado com a alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e artigo 17º e 18.º do Decreto Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na sua atual redação;
- Ponto 10. Apreciação e votação da proposta de isenção de imposto municipal sobre imóveis - IMI - Edifício reabilitado na Rua Cónego Martins n.º 23, Fração A**, nos termos e para os efeitos do disposto n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro e alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
- Ponto 11. Apreciação e votação da proposta de isenção de imposto municipal sobre imóveis - IMI - Edifícios reabilitados na Rua do Comércio 1-11 / Rua Formosa 49-65 / Rua Direita Nº 102-114**, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do nº 2 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 108/2008 de 26 de julho, na sua atual redação, que alterou, republicou e reenumerou o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89 de 1 de julho, conjugado com o n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro e alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
- Ponto 12. Apreciação e votação da proposta de isenção de imposto municipal sobre imóveis - IMI - Edifício reabilitado na Rua Direita n.º 40**, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do nº 2 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 108/2008 de 26 de julho, na sua atual redação, que alterou, republicou e reenumerou o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89 de 1 de julho, conjugado com o n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro e alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
- Ponto 13. Apreciação e votação da proposta de isenção de imposto municipal sobre imóveis - IMI - Edifício reabilitado na Rua Cónego Martins n.º 31**, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do nº 2 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 108/2008 de 26 de julho, na sua atual redação, que alterou, republicou e reenumerou o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89 de 1 de julho, conjugado com o n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro e alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;





*Handwritten signature: Hanc*

- Ponto 14. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE PERPETUIDADE À SEPULTURA N.º 55 DA 10.ª SECÇÃO DO CEMITÉRIO DE SANTIAGO, AO FOTÓGRAFO JOSÉ ADRIANO DOS SANTOS AYRES, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;**
- Ponto 15. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DO JURI PARA O PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE UM CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU - DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO, PROTOCOLO E RELAÇÕES EXTERNAS, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 12.º e 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto;**
- Ponto 16. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DO JURI PARA O PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE UM CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU - DIVISÃO DE SUPORTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 12.º e 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto;**
- Ponto 17. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DO JURI PARA O PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE UM CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU - DIVISÃO DE SIG, CADASTRO E SOLOS, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 12.º e 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto;**
- Ponto 18. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DO JURI PARA O PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE UM CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU - UNIDADE ORGÂNICA DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 12.º e 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto;**
- Ponto 19. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DO JURI PARA O PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE UM CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU - UNIDADE ORGÂNICA DE REGISTOS, PATRIMÓNIO, PROTOCOLOS E ESCRITURAS, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 12.º e 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto;**
- Ponto 20. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DO JURI PARA O PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE UM CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU - UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 12.º e 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto;**
- Ponto 21. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DO JURI PARA O PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE UM CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU - UNIDADE ORGÂNICA DE EXECUÇÕES FISCAIS E CONTRA ORDENAÇÕES, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 12.º e 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto;**
- Ponto 22. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DO JURI PARA O PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE UM CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU - UNIDADE ORGÂNICA DE ARQUIVO, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 12.º e 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto;**
- Ponto 23. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ESTATUTO DO PESSOAL DIRIGENTE - DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO CMV - ATRIBUIÇÃO, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto, na sua atual redação;**



Assembleia Municipal de Viseu

**Ponto 24. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU**, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Para constar e devidos efeitos legais se passou o presente Edital, que vai ser afixado nos locais públicos de costume.

Viseu, 08 de setembro de 2018

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(José Manuel Henriques Mota de Faria)